

Apontamento sobre a contabilidade e educação em Portugal entre 1869 e 1918

doi: 10.4025/enfoque.v30i3.14552

Miguel Gonçalves

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC - Portugal)

Doutorando em Contabilidade (Universidade do Minho/Universidade de Aveiro)

Mestre em Contabilidade e Auditoria (Universidade de Aveiro)

Pós-Graduado em Economia (Universidade de Coimbra)

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas (Universidade de Coimbra)

Vencedor do Prémio Internacional de História da Contabilidade Martim Noel Monteiro, 2010

Vencedor do Prémio Internacional de Contabilidade Luiz Chaves de Almeida (Concurso Restrito), 2010

Membro do Centro de Estudos de História da Contabilidade da APOTEC (Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade)

mgoncalves@iscac.pt

Recebido em: 22.08.2011

Aceito em: 26.11.2011

RESUMO

Na segunda metade do século XIX foram fundados nas duas maiores cidades comerciais de Portugal, Lisboa e Porto, nos anos de 1869 e de 1886, respectivamente, dois estabelecimentos de ensino público de Contabilidade: o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (IIICL) e o Instituto Industrial e Comercial do Porto (IIICP). O tema central do artigo respeita ao fornecimento de subsídios que possam caracterizar estas duas escolas de comércio. Adicionalmente, visa-se também dar um contributo para a identificação de referências pessoais associadas ao desenvolvimento das instituições em foco, bem como fomentar na comunidade académica contábil do Brasil o gosto por matérias de História da Contabilidade Portuguesa, para que deste modo se possam estabelecer pontes de contacto entre as duas comunidades académicas.

Palavras-chave: História da Contabilidade. Portugal. Escolas de Comércio. Educação. Século XIX.

A note on accounting and education in Portugal between 1860 and 1918

ABSTRACT

In the second half of the 19th century were founded in the two largest commercial cities of Portugal, Lisbon and Oporto, in 1869 and 1886, respectively, two schools of public accounting education: the Industrial and Commercial Institute of Lisbon and the Industrial and Commercial Institute of Oporto. In this article we try to characterize these two Schools of Commerce. Moreover, we also aim to contribute to the identification of personal references related to the development of these institutions, and to encourage the academic accounting community in Brazil to study Portuguese Accounting History, in order to the establishment of bridges of contact between the two brotherly countries.

Keywords: Accounting History. Portugal. Schools of Commerce. Education. 19th century.

1 INTRODUÇÃO

Em Portugal, a investigação tocante à problemática da institucionalização do ensino da Contabilidade tem merecido particular atenção nos últimos anos. Os trabalhos de Ferreira et al. (1995), Rodrigues e Gomes

(2002), Rodrigues et al. (2003, 2004 a e b, 2007, 2010a e b) e Rodrigues e Craig (2004, 2005, 2009), afirmaram-se como contributos válidos para a análise do contexto social, político e institucional que envolveu a intervenção do Estado na instrução comercial do reino, em 1759.

Também Martins (1937, 1960), Felismino (1960), Gonçalves (1960), Azevedo (1961), Portela (1968), Costa (1980, 2009), Cardoso (1984), Santana (1985), Lopes (1992), Caiado (2000), Estevens (2009), Machado (2009) e Silva (2009), autores de estudos de cariz mais tradicional em História da Contabilidade (Stewart, 1992; Gomes e Rodrigues, 2009) ou convencional (FLEISCHMAN et al., 1996; GOMES; RODRIGUES, 2009), apontam o ano de 1759 e a Aula de Comércio de Lisboa (1759-1844) fundada por Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal, em 1769) como referências incontornáveis da fundação do ensino público, oficial e gratuito da Contabilidade em Portugal.

No entanto, partilhamos o entendimento de que o período pós-Aula de Comércio, no que tange ao estudo da evolução histórica do ensino da nossa especialidade está insuficientemente explorado, *maxime* a época relativa à segunda metade de Oitocentos. Nestes termos, o texto visa contribuir para o aumento do conhecimento contabilístico posterior a 1869¹, em matéria de estabelecimentos de ensino da Contabilidade em Portugal.

Para a obtenção deste desiderato, a metodologia utilizada na investigação respeita o seguinte protocolo: 1) quanto aos objectivos, descritiva; 2) quanto aos procedimentos, documental e bibliográfica; e 3) quanto à abordagem do problema, qualitativa (Raupp e Beuren, 2006). Para Raupp e Beuren (2006), a pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, isto é, não se apresenta tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a última. Para os mesmos autores (*idem, ibidem*), as pesquisas documentais são realizadas com base em fontes primárias e as bibliográficas são desenvolvidas mediante material já trabalhado, ou seja, fontes de evidência secundárias, principalmente livros e artigos científicos (e técnicos e/ou académicos). A investigação qualitativa é aquela que não

utiliza instrumentos matemáticos, estatísticos ou econométricos (RAUPP; BEUREN, 2006; VIEIRA et al., 2009).

As principais fontes consultadas foram arquivos históricos, legislação, revistas científicas, manuais e revistas profissionais. Foram consultadas essas e não outras fontes, porque “a história da Contabilidade continua predominantemente baseada em documentos” (Carnegie e Napier, 1996: p. 28), sendo por isso “verdade que o recurso aos arquivos para a obtenção de dados primários continua a ser essencial na investigação em história da Contabilidade” (Gomes e Rodrigues, 2009: p. 229). As fontes primárias foram extraídas do Arquivo da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa.

Para além da secção inicial introdutória, o texto está estruturado em mais três. A segunda secção, centrada a partir do ano de 1869, introduz o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (IICL) como veículo de difusão do saber contabilístico, por via da transformação da Escola de Comércio na secção comercial do já existente Instituto Industrial de Lisboa (1852), passando desta forma o ensino da Contabilidade a leccionar-se no IICL. Apresentar os principais aspectos relacionados com o ensino da Contabilidade no Instituto Industrial e Comercial do Porto (IICP), fundado em 1886, é objectivo da terceira secção. O artigo termina com a sistematização das conclusões e recomendações essenciais do trabalho.

Foram escolhidas duas recomendações que apodamos como principais notas prévias ao exame do presente trabalho. Assim: (1) as transcrições em itálico respeitam a ortografia oficial da época, opção que, a par do acatamento pela sintaxe de então, manteremos consistente ao longo de todo o trabalho; e (2) na esteira de Lopes Amorim, por confiarmos em que para se enamorar da Contabilidade faz-se mister conhecê-la primeiramente, e sabendo, como sabemos, que se conseguirmos antecipar o gosto do leitor por esta temática lhe prestaremos um frutuoso benefício, **“não poderemos deixar de fazer um pouco de história** [grifo nosso], porque a história tem o grande condão de nos

¹ No quartel 1844-1869 o ensino da Contabilidade viria a ser ministrado no Liceu Nacional de Lisboa, sob o nome de *Escola de Comércio*. Todavia, a *Escola de Comércio* continuava recorrendo ao cotidiano por ‘Aula de Comércio’, muito embora representasse uma secção autónoma do Liceu.

dar um conhecimento indirecto das coisas e das pessoas e de, não raras vezes, nos levar a simpatizar com elas” (Amorim, 1929: pp. 14-15).

2 A CONTABILIDADE NO INSTITUTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE LISBOA (1869)

O decreto de 30 de Dezembro de 1852, assinado por Fontes Pereira de Melo, pouco tempo depois de criar o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, estabelece a criação de duas escolas de ensino técnico industrial, não superior, em Portugal: o Instituto Industrial, em Lisboa, e a Escola Industrial, no Porto. Em 1864 a Escola Industrial do Porto mudou a sua designação para Instituto Industrial do Porto.

O diploma de 30 de Dezembro de 1869, assinado pelo Duque de Loulé e por Joaquim Tomás Lobo d’Ávila, assinala uma data importante na história do ensino das Ciências Económicas em Portugal (Portela, 1968). Na opinião de Sousa e Morais (2009: p. 64), “o decreto em causa foi responsável pelo início da aposta no ensino técnico comercial”.

Transformando a Escola de Comércio, anexa ao Liceu Nacional de Lisboa, na Secção Comercial do Instituto Industrial – passando assim a Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (IICL) – os preliminares da resolução ministerial de 1869 explicam também, em simultâneo, a não introdução do ensino comercial no Instituto Industrial do Porto por ser “*professado na Academia Polytechnica d’aquella cidade, parecendo conveniente ali permanecer [...]*” (Portugal, 1870: p. 865).

O relatório que antecede o decreto de 30 de Dezembro ajuda-nos a sistematizar as principais ideias-chave da reforma de ensino técnico comercial operada em Lisboa, no ano de 1869:

[...] o ensino commercial, até agora organizado em Lisboa segundo o decreto de 9 de Outubro de 1866, pôde assim ser professado com vantagem no Instituto Industrial, que tomará a denominação de ‘Instituto Industrial e Commercial de Lisboa’, supprimindo-se a Escola de Commercio, ou Secção Commercial do Lyceu da capital. Creando-se no Instituto

apenas uma nova cadeira de escripturação e contabilidade industrial e commercial, seguros, câmbios, letras, geographia commercial e exercicios praticos, pôde neste estabelecimento organizar-se um curso commercial mais completo do que o actual do Lyceu [...] (Portugal, 1870: p. 865).

Esta especificidade obrigava, portanto, a recorrer às cadeiras ministradas na secção industrial do Instituto, que Portela (1968) e Gomes (1980) fazem corresponder às cadeiras de (i) Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, (ii) Economia Política e Industrial, (iii) Direito Commercial, Estatística e História Geral do Comércio, (iv) Língua Francesa e Língua Inglesa e (v) Física e Química. A intenção do legislador era, assim, com estas cadeiras já estabelecidas no Instituto, a par da nova cadeira de Contabilidade a criar, formar um programa conveniente para o curso de Comércio.

Centrando a análise ainda no diploma de 1869, estabelecia o seu art.º 47.º que o curso seria professado no IICL a partir do ano lectivo de 1870 para 1871. Por conseguinte, nesta linha de raciocínio, o decreto de 5 de Agosto de 1870 desdobra em duas cadeiras as disciplinas que constituíam a 7.ª cadeira², criada no IICL pela determinação de 30 de Dezembro de 1869;

1.ª cadeira: que compreendia Contabilidade comercial teórica e prática; escripturação e correspondência commercial nas línguas portuguesa, francesa e inglesa; exercicios praticos sobre câmbios, seguros, letras e facturas; usos das principais praças de Comércio e

2.ª cadeira: que compreendia Geografia e História Commercial; Elementos de Direito Commercial e Marítimo; Estatística commercial; Conhecimento pratico dos principais productos naturais e manufacturados empregados no Comércio; Prática de manipulação no laboratório de química industrial (Gomes, 1980: p. 85).

As disciplinas pertencentes à 1.ª cadeira constituíam o curso elementar de Comércio e as relativas à 1.ª e 2.ª cadeiras conferiam o direito ao diploma do curso completo de Comércio. Para a

² “Comprehendendo o estudo da escripturação e contabilidade industrial e commercial, seguros, cambios, letras, exercicios praticos commerciais e geographia commercial” (RIBEIRO, 1873, p. 41).

obtenção de cartas de capacidade do curso completo de Comércio, os alunos, antes do exame, deveriam mostrar-se habilitados com os preparatórios de aprovação em exame de (1) Instrução Primária, em (2) Caligrafia, em (3) Francês e Inglês, em estabelecimento de ensino público, em (4) Aritmética, Álgebra e Geometria, em (5) Matemática Elementar dos Liceus, em (6) Física e Química, dos Liceus Nacionais, em (7) Introdução à História Natural, também dos Liceus Nacionais e, por último, em (8) Economia Política em quaisquer estabelecimentos de instrução pública. O curso elementar de Comércio tinha como preparatórios apenas as cadeiras (1), (2), (3) e (4).

Num outro registo, Portela (1968) sustenta que não foram renovados os privilégios que normalmente eram conferidos aos *aulistas* de Comércio, pelo que o novo curso era integralmente dirigido aos quadros privados da economia nacional³. As suas observações vão, no entanto, mais longe, quando refere que o curso elementar poderia produzir bons calculadores, escriturários e arrumadores de livros, ao passo que o curso completo seria apropriado para o negociante instruído que pretendesse empreender as transacções e especulações comerciais (*idem, ibidem*).

Tendo como ponto de apoio o autor que temos vindo a seguir – Portela (1968) – consegue-se estabelecer uma interessante dicotomia comparativa entre o ensino de Contabilidade que aqui estudamos, proposto pela reorganização de 1869/1870 no IICL, e o professorado na antiga Aula de Comércio (1759-1844). Em conformidade, reflecta-se nos dados preconizados pelo Quadro 1.

Inventariadas as principais características e circunstâncias de enquadramento do ensino de Contabilidade no IICL e firmadas que estão as bases da reforma do ensino comercial de 1869/1870, avança-se agora para 1872, ano que traz a lume o programa das cadeiras que aí eram professadas.

Na parte que mais aproveita ao nosso discurso, o curso comercial repartia-se agora em duas cadeiras, com as matérias programáticas resumidas como segue no Quadro 2.

No ano lectivo de 1872 para 1873, o magistério da 1ª cadeira estava atribuído ao professor Rodrigo Affonso Pequito (1849-1931). O professor Henrique Midosi tinha a seu cargo a responsabilidade de leccionação da 2ª cadeira.

O lugar do professor Rodrigo Pequito na História da Contabilidade Portuguesa corresponde ao de primeiro académico português da nossa disciplina (CARQUEJA, 2002), havendo desempenhado um relevante papel como impulsionador do Curso Superior de Comércio, em 1884⁴. Neste âmbito, no IICL, regeu a cadeira de *Contabilidade Geral e Operações Comerciais*⁵.

Outro aspecto a merecer atenção prende-se com a reforma de 1880, por decreto de 1 de Outubro, modificando-se, por sua prescrição, o plano curricular do curso de Comércio administrado no IICL. Dele constavam agora as cadeiras discriminadas no Quadro 3.

Nos primeiros oito anos da secção comercial do Instituto (1870-1878), o curso comercial contou com 388 alunos matriculados, o que nos permite concluir que, com uma média de quase cinquenta estudantes por ano, era o curso da capital deveras pouco frequentado pelos estudantes de comércio.

De uma forma geral, no Instituto que aqui tratamos, à medida que o século XIX se aproximava do seu fim, no que respeita à dimensão do número de alunos, os inscritos na secção comercial foram ultrapassando os matriculados na secção industrial. Carvalho (2001: p. 638), por exemplo, faz-nos saber que “no último ano escolar de oitocentos, no IICL matricularam-se 130 alunos nos cursos industriais e 207 nos comerciais”.

⁴ Para perfis mais completos deste professor, atenda-se a Carqueja (2002, 2002b, 2011). O professor Rodrigo Pequito, de entre outros méritos, publicou em 1875 um importante livro de Contabilidade – *Curso de Contabilidade Comercial* –, manual que chegou a ser, de acordo com Carqueja (2011), citado à época nos compêndios da especialidade no Brasil.

⁵ Cf. Costa (1980) para uma observação do plano curricular do Curso Superior de Comércio.

³ Na ausência de leis proteccionistas do ensino comercial em Portugal, somos forçados a questionar, na linha de Beça (1918: p. 21): “de que serve reformar o ensino comercial se aos seus diplomados se não concede o direito de qualquer regalia, se pelo facto de terem uma carta de curso não têm mais garantias legais do que um simples aluno de instrução primária?”

Quadro 1 – Comparação entre o ensino de Contabilidade ministrado na Aula de Comércio e no IICL

Variáveis de análise	Aula de Comércio	Instituto Indust. e Com. de Lisboa
	Período pombalino - 1759/1777	Reorganização de 1869/1870
Tipo de Ensino	Superior	Elementar e Secundário
Função do Ensino	Social	Individual
Formação de Base	Especializada	Não especializada
Objectivo Político	Formação de quadros públicos	Formação de quadros privados
Privilégios aos Alunos	Carta de Lei de 30 de Agosto de 1770	Não renovados
Acessibilidade	Não popular (preferência dada à Burguesia)	Popular

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 2 – Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (1872) – Programa das cadeiras do Curso Comercial

Programa resumido da 1.ª e 2.ª cadeiras do Curso Comercial para o ano lectivo de 1872 a 1873			
1.ª cadeira	1.ª parte	# Contabilidade geral - analyse do seu estudo em Portugal e nos paizes estrangeiros	
		# Calculo commercial (descontos, juros, seguros, letras)	
		# Contractos commerciaes	
		# Cambios; Letras de cambio	
		# Fretamentos	
		# Seguros maritimos e seguros terrestres	
		# Sociedade: em nome colectivo; em commandita simples; em comandita por acções; anonyma; em conta de participação	
	# Commissões, consignações, corretagens		
	2.ª parte	Escripturação commercial - Parte theorica	
		# Systemas de escripturar, antigos e modernos; Origem, importancia e utilidade das partidas dobradas: primeiros livros sobre este systema	
		# Livros ordenados por lei	
		# Livros principaes usados no commercio	
		# Livros auxiliares	
		# Contas: de capital; geraes; particulares	
		# Extornos: systemas de extornar	
		# Inventarios	
		# Balanços	
		# Liquidações	
		# Fallencias	
	Escripturação commercial - Parte pratica		
	# Simular a escripturação de uma casa de commercio, pelo systema das partidas dobradas, e correspondencia nas linguas portugueza, francesa e inglesa		
# Usos das principaes praças de commercio			
3.ª parte	# Contabilidade industrial ou da industria manufactureira (generalidades)		
	# Contabilidade agricola (generalidades)		
2.ª cadeira	1.ª parte	# Geographia commercial	
	2.ª parte	# Historia commercial (commercio dos tempos antigos; principais povos commerciantes)	
	3.ª parte	# Direito commercial e maritimo	

Fonte: Adaptação de Programa (1872: pp. 41-55).

Quadro 3 – Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (1880) – Reforma do Curso Comercial

A Contabilidade como cadeira do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa 1880		
Ano	Disciplinas	Cadeira
1.º ano	Física Geral e suas aplicações	3.ª cadeira
	Contabilidade (Escripturação e Correspondência Commercial em Francês e Inglês)	13.ª cadeira
2.º ano	Química aplicada às artes, Prática de Manipulações Químicas	4.ª cadeira
	Princípios de Economia Política e Industrial	11.ª cadeira
	Geografia e História Commercial, Direito Commercial e Marítimo	14.ª cadeira

Fonte: Adaptação de Freitas (1881).

A terminar, queremos aqui deixar a nota final de que, em 1911, é extinto o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, procedendo-se ao desdobramento deste estabelecimento de ensino em duas escolas que viriam a deixar uma marca de indelével qualidade no panorama geral do ensino superior nacional – o Instituto Superior de Comércio (mais tarde, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, em 1930⁶) e o Instituto Superior Técnico, este ainda em pujante actividade.

Todavia, a secção secundária do extinto IICL, transferida em 1913 para as instalações da escola industrial Marquês de Pombal, foi transformada pelo decreto n.º 954, de 14 de Outubro de 1914, na Escola de Construções, Indústria e Comércio (escola de ensino técnico médio), tendo por objectivo a formação de auxiliares de comércio (Sousa e Morais, 2009). A escola existiu até 1918. Nesse ano, com a reforma levada a cabo por Azevedo Neves, Ministro do Comércio, pelo decreto n.º 5029, de 1 de Dezembro, este estabelecimento de ensino médio (secção comercial) deu lugar ao Instituto Comercial de Lisboa (ICL).

Como se sabe, mais recentemente, em 1976, pelo Decreto-Lei 327/76, com Vítor Alves como ministro da Educação e da Investigação Científica (Costa, 2007, 2009a) do VI Governo Provisório, o Instituto Comercial de Lisboa (ICL) foi convertido no ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa – nele se conferindo o grau académico de bacharel em 3 anos⁷.

3 A CONTABILIDADE NO INSTITUTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO PORTO (1886)

Remonta a 1852, como antevimos, mais propriamente ao período que em Portugal ficou

conhecido por Regeneração, a criação de um departamento governativo designado Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, chefiado inauguralmente por Fontes Pereira de Melo (1819-1887). Pelo decreto de 30 de Dezembro de 1852, assinado por este ministro, é instituído o ensino técnico industrial nas duas maiores cidades do país, Lisboa e Porto. Como ficou sobredito, os estabelecimentos de instrução assim fundados receberam as denominações de Instituto Industrial de Lisboa e Escola Industrial do Porto, esta última reconvertida em 1864 em Instituto Industrial do Porto.

Não quadrando às finalidades principais da nossa exposição as vicissitudes da criação do ensino técnico industrial em Portugal, concentraremos os nossos esforços no Decreto de 30 de Dezembro de 1886, de Emídio Navarro, célebre ministro de Comércio (Obras Públicas e Indústria).

No caso em apreço, o diploma jurídico assinalado, organiza, sob a égide do Ministro Navarro, um tipo de ensino comercial análogo ao da Academia Politécnica, incorporando-se assim no Instituto Industrial do Porto uma secção comercial, mudando-se dessa forma a nomenclatura do estabelecimento para Instituto Industrial e Comercial do Porto (IICP). Seguindo Costa (1925: p. 12), “este estabelecimento de ensino foi instalado numa parte do edifício do colégio dos Órfãos (Passeio da Graça) e Academia Politécnica, o qual era conhecido pelo *Paço dos Estudos*”.

Por conseguinte, o decreto de 30 de Dezembro de 1886 constitui um marco relevante da evolução do ensino das Ciências Económicas na cidade do Porto.

Os cursos de Comércio professados no IICP caracterizavam-se pelo seu carácter de elementaridade e de preparação para um curso superior que, controversamente, por sinal, ali não era superintendido, mas sim, e apenas, na capital. Em termos oficiais, o decreto de 30 de Dezembro de 1886 considerava o ensino técnico comercial dividido em três etapas ou graus: elementar, preparatório e superior. Os dois primeiros níveis circunscreviam-se apenas ao

⁶ Convertido em Instituto Superior de Economia (ISE), em 1972. Em 1989, o ISE muda a sua denominação para o actual ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão. Desde 1930 que estes estabelecimentos de ensino (ISCEF, depois ISE, depois ISEG) pertencem à Universidade Técnica de Lisboa.

⁷ Também os Institutos Comerciais de Aveiro, Coimbra e Porto foram reconvertidos em Institutos Superiores de Contabilidade e Administração.

IICP. O ciclo, por completo (elementar, preparatório e superior), apenas era professado no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

Será, pois, na secção comercial do IICP, a partir de 1886 até 1918, que no Porto passarão a funcionar os estudos de Comércio, a par do curso de Comércio regido na Academia *Polytechnica* (até 1897). O grau superior do Curso, no Porto, apenas é passível de leccionação a partir de 1905, por decreto de 3 de Novembro. Só depois desta data é que o IICP foi dotado com o Curso Superior de Comércio. Em 1918 o IICP é cindido em Instituto Comercial do Porto (ensino médio) e Instituto Superior de Comércio do Porto (ensino superior).

No primeiro ano após a reforma de Emídio Navarro – período lectivo de 1887 para 1888 – o IICP vem organizado em vinte e cinco cadeiras (ensino comercial e ensino industrial, no total), sendo que a nossa especialidade estava afecta à 22.^a cadeira, de seu nome completo *Contabilidade e Operações Comerciais*.

A despeito das expectativas formuladas, em grande parte fundamentadas pelo efectivo decréscimo de matrículas na Academia Politécnica do Porto, Pereira (2001) documenta-nos um desabafo de estupefacção, registado em 1889 pelo então director do Instituto, deveras preocupado com os pretensos motivos que originavam uma desertificação escolar assinalável, nomeadamente ao nível do ensino elementar e preparatório de Comércio:

[...] esta falta de alumnos em um curso que devia attrahir um grande numero n'uma terra em que o commercio tem um grande desenvolvimento, merece ser notada, principalmente se attendermos a que ao mesmo tempo que os alumnos faltam n'este curso do instituto, existem pela cidade aulas particulares de commercio que são regularmente frequentadas, apesar de não serem gratuitas, como são as d'este estabelecimento (PEREIRA, 2001, p. 299).

Na verdade, os preparatórios de acesso aos cursos de comércio, nomeadamente o exame da Língua Portuguesa ou o de admissão aos liceus, afastavam muitos pretendentes a solicitar matrícula no IICP, na sua maioria caixeiros

(Pereira, 2001). Não surpreende assim que a preparação exigida aos principiantes os afaste para os cursos comerciais de cariz particular que a cidade oferecia. Registe-se, neste plano, uma estatística coligida de Pereira (2001: p. 302), relativa ao ano de 1889, referindo que, dos “403 alunos matriculados no Instituto Industrial e Comercial do Porto, apenas sete (1,7%) se destinaram ao ensino comercial” leccionado no Instituto.

Beça (1918, p. 23) também menciona a “baralhada de preparatórios” com que se apresentavam à frequência no IICP os alunos interessados, denunciando a flagrante desconexão organizacional dos cursos comerciais que aí se professavam.

Com a reforma de ensino técnico comercial (e industrial) levada a cabo em 1891 pelo ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, João Franco, ainda mais se ressentiu o ensino da Contabilidade neste Instituto da cidade do Porto, nomeadamente do ponto de vista dos alunos matriculados, pois foi suprimido o curso elementar, numa lógica de economia de despesas públicas.

A educação do pessoal dirigente da classe comercial, no Porto, particularmente no IICP, quedou-se sempre por um complexo de inferioridade institucional, relativamente ao seu homólogo sediado em Lisboa, repercutindo-se a desconsideração governamental, em nossa perspectiva, na circunstância de apenas em 1905 ser o Instituto Industrial e Comercial do Porto dotado de um curso superior de Comércio, quando a capital já dele dispunha há mais de uma vintena de anos (1884).

4 OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS

O artigo representa um subsídio para a temática do conhecimento contabilístico num ambiente pós-Aula de Comércio de Lisboa. Particularmente, ele ambiciona contribuir para atenuar as “lacunas na produção de estudos sobre a problemática do ensino comercial e do ensino da Contabilidade em Portugal para o período Oitocentista” (PEREIRA, 2009, p. 4).

O ensino técnico comercial e o da Contabilidade, por maioria de razão, sofreram ambos com as indecisões políticas muito próprias do XIX século português. Isto será tanto mais verdade quanto pensamos que, especialmente na primeira metade de Oitocentos, nunca terá havido em Portugal uma efectiva e verdadeira aposta no ensino comercial (a situação era, aliás, extensível, ao ensino técnico industrial).

A circunstância de terem também diminuído, num contexto de Liberalismo, os privilégios conferidos aos diplomados de Comércio, fez naturalmente com que os estudantes mostrassem relutância em candidatar-se a este tipo de ensino, facto demonstrado posteriormente pela pouca procura da formação em Contabilidade ministrada nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa (1869) e, sobretudo, do Porto (1886).

A exposição efectuada permite a abertura de novos trilhos de investigação no domínio da História da Contabilidade Portuguesa e Brasileira, nomeadamente em matérias relacionadas com Escolas de Comércio fundadas depois da *aula pombalina*, em 1759. Nesta linha, por exemplo o excelente trabalho de Silva (2011), com enfoque no ensino da Contabilidade no Seminário de Olinda em finais do século XVIII, representa uma achega importante para o conhecimento de Escolas de Comércio que convém continuar a explorar pela comunidade académica dos dois países irmãos.

Note Bene:

No protocolo de citações usaram-se as duas seguintes regras: **(1)** as transcrições textuais longas (mais de 40 palavras, inclusive) foram inseridas no texto em linhas retraídas, sem aspas; **(2)** as transcrições textuais curtas (menos de 40 palavras) foram reproduzidas no texto de forma habitual, isto é, com aspas.

REFERÊNCIAS - FONTES PRIMÁRIAS

PORTUGAL (1870), Decreto de 30 de Dezembro de 1869. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Fundação do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Diário de

Governo, n.º 1, de 3 de Janeiro de 1870, In: **Collecção Oficial da Legislação Portuguesa** (1870), pp. 865-869.

PORTUGAL (1871), Decreto de 5 de Agosto de 1870. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Organização do ensino comercial no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Diário de Governo, n.º 187, de 23 de Agosto de 1870, In: **Collecção Oficial da Legislação Portuguesa** (1871), pp. 450-451.

PROGRAMA das Cadeiras do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa para o Anno Lectivo de 1872 a 1873 (1872). Lisboa: Imprensa Nacional.

REFERÊNCIAS - FONTES SECUNDÁRIAS

AMORIM, J. Lopes **Lições de Contabilidade Geral**: prelecções feitas ao curso de Contabilidade Geral durante o ano lectivo de 1928-1929. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, L^{da}, 1929.

AZEVEDO, M.C. A Aula do Comércio, primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no Mundo, Lisboa: Escola Comercial Ferreira Borges, 1961.

BEÇA, H. **O Ensino Comercial em Portugal**. Porto: Escola Secundária de Comércio, 1918.

CAIADO, A.P. The Teaching of Accounting in Aula do Comércio (1759-1844). In: CONGRESSO MUNDIAL DE HISTORIADORES DE CONTABILIDADE, 8., 2000, Madrid. **Comunicação...** Madrid: Academy of Accounting Historians, 2000. p. 1-9.

CARDOSO, J.L. Uma 'Notícia Esquecida': o Ensino da Economia na Aula do Comércio, **Estudos de Economia**, v. V, n. 1, p. 87-112, 1984.

CARNEGIE, G.D.; NAPIER, C.J. Critical and interpretative histories: insights into accounting's present and future through its past. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 9, n. 3, p. 7-39, 1996.

CARQUEJA, H.O. Do saber da profissão às doutrinas da Academia. **Revista de**

- Contabilidade e Comércio**, v. LIX, n. 234-235, 2002. (Separata anexa).
- _____. Nota biográfica de Ricardo José de Sá, **Revisores & Empresas**, n. 16, p. 5-6, 2002a.
- _____. Nota biográfica de Rodrigo Afonso Pequito, **Revisores & Empresas**, n. 17, pp. 5-6, 2002b.
- _____. Apontamento sobre a Contabilidade em Portugal entre 1900 e 1950, *De Computis*. Revista Española de Historia de la Contabilidad - **Spanish Journal of Accounting History**, n. 14, p. 3-49, Junho 2011.
- CARVALHO, Rómulo de. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano. 3. ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- COSTA, C.B. O Ensino da Contabilidade em Portugal - a necessidade de uma Licenciatura em Contabilidade, **Revista de Contabilidade e Comércio**, n. 176, p. 389-404, 1980.
- COSTA, C.B. Uma data e um nome que não podem ser esquecidos. **Revista de Contabilidade e Finanças (Portugal)**, n. 85, p. 3, 2007. (Editorial, Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas - APPC)
- _____. Breves notas sobre a Aula de Comércio. **Revista de Contabilidade e Finanças (Portugal)**, n.º 96, p. 4-5, 2009. (Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas - APPC).
- _____. Ciclo de conferências comemorativas do 250.º aniversário da Aula do Comércio, **Revista de Contabilidade e Finanças (Portugal)**, n. 97, p. 22-23, 2009a. (Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas - APPC).
- COSTA, L. **A evolução do ensino profissional: séculos XIX a XX**. Porto: Imprensa Nacional, 1925.
- ESTEVENS, M. Classe média: o universo provável dos discentes da Aula de Comércio?, **Revista de Contabilidade e Finanças (Portugal)**, n. 99, p. 4-8, 2009. (Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas - APPC).
- FELISMINO, A. **No duplo centenário da Aula do Comércio**. Lisboa: [s.n.], 1960.
- FERREIRA, L., KEDSLIE, M.; FREITAS, M.V. The history of Accounting in Portugal, with special reference to the Aula do Comercio. Comunicação. In: EUROPEAN ACCOUNTING ASSOCIATION ANNUAL CONGRESS. 18., 1995, Birmingham. **Apresença...** Birmingham, 1995. p. 1-22.
- FLEISCHMAN, R.K., MILLS, P.A. e TYSON, T.N. A theoretical primer for evaluating and conducting historical research in accounting, **Accounting History**, v. 1, n. 1, p. 55-75, 1996.
- FREITAS, J.J. Rodrigues de (1881), Instrução Industrial e Comercial VI. O Comércio do Porto (7 Set. 1881). In: ALVES, Jorge Fernandes. **José Joaquim Rodrigues de Freitas**: novas páginas avulsas. (recolha e introd.) Porto: Fundação Eng.º António de Almeida, [s.d.]. p. 139-143.
- GOMES, D.; RODRIGUES, L.L. Investigação em História da Contabilidade. In: MAJOR, Maria João; VIEIRA, Rui (Ed.). **Contabilidade e controlo de gestão**. Teoria, metodologia e prática, Lisboa: Escolar Editora, 2009. p. 211-239.
- GOMES, J.F. **Estudos para a história da educação no século XIX**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- GONÇALVES, J.C.S. **A aula do comércio**. Lisboa: [s.n.], 1960.
- LOPES, F.C. História da contabilidade - a aula do comércio: primeira escola de gestores em Portugal. **Jornal do Técnico de Contas e da Empresa**, n. 320, p. 127-128, 1992.
- MACHADO, A. J. Cardão. A importância das reformas pombalinas do ensino na evolução da Contabilidade. **Revista de Contabilidade e Finanças (Portugal)**, n. 98, p. 4-8 Jul./Set. 2009. (Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas - APPC)
- MARTINS, E. A Aula do Comércio. **Revista de Contabilidade e Comércio**, n. 19. p. 262-265, Jul./Set. 1937.

_____. **A aula do comércio**: 1759. Lisboa: [s.n.], 1960.

PEREIRA, J.M. **O Caixeiro e a instrução comercial no Porto oitocentista**: percursos, práticas e contextos profissionais. 2001. Tese (Mestrado em História Contemporânea)-Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2001.

_____. O arranque do ensino comercial no Porto Oitocentista – pretextos e contextos, **Revista de Contabilidade e Finanças (Portugal)**, n. 97, p. 4-13, 2009. (Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas - APPC).

PORTELA, A.F. A evolução histórica do ensino das Ciências Económicas em Portugal. **Análise Social**, v. VI, n. 22-23-24, p. 787-836, 1968.

RAUPP, Fabiano Maury e BEUREN, Ilse Maria (2006), Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). LONGARAY, André Andrade, RAUPP, Fabiano Maury, SOUSA, Marco Aurélio Batista de, COLAUTO, Romualdo Douglas e PORTON, Rosimere Alves de Bona. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. Teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76-97.

RIBEIRO, J.S. **Historia dos estabelecimentos científicos, litterários e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1873. Tomo III.

RODRIGUES, L.L.; CRAIG, R. English mercantilist influences on the foundation of the portuguese School of Commerce. **Atlantic Economic Journal**, v. 32, n. 4, p. 329-345, 2004.

_____. Influências mercantilistas inglesas na criação da Aula do Comércio em 1759. **Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas**, n. 62, p. 22-33, 2005.

_____. Teachers as servants of state ideology: Sousa and Sales, portuguese School of Commerce, 1759–1784. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 20, n. 3, p. 379-398, 2009.

RODRIGUES, L.L.; GOMES, D. Evolução da profissão dos TOC em Portugal: do Marquês de Pombal até aos nossos dias. **Jornal de Contabilidade**, n. 302, p. 131-141, 2002.

RODRIGUES, L.L., CRAIG, R.; GOMES, D. State intervention in commercial education: the case of the portuguese School of Commerce, 1759, **Accounting History**, v. 12, n. 1, p. 55-85, 2007.

_____. A intervenção do Estado no Ensino Comercial: o caso da Aula do Comércio, 1759 (I). **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas**, n. 118, p. 39-48, 2010a.

_____. A intervenção do Estado no Ensino Comercial: o caso da Aula do Comércio, 1759 (II). **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas**, n. 119, p. 39-44, 2010b.

_____. Aula do Comércio: primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo? **Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas**, n. 34, p. 46-54, 2003.

_____. Corporativismo, Liberalismo e a profissão contabilística em Portugal desde 1755. **Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas**, n. 46, p. 24-39, 2004a.

_____. Portuguese School of Commerce, 1759-1844: a reflection of the 'Enlightenment'. **Accounting History**, v. 9, n. 3, p. 53-71, 2004b.

SANTANA, F.G. A Aula do Comércio: uma escola burguesa em Lisboa. **Ler História**, n. 4, p. 19-30, 1985.

SILVA, Alberto. Contra a corrente: "Contabilistas melhorados", **Revista de Contabilidade e Finanças (Portugal)**, n. 97, p. 24, 2009. (Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas - APPC).

SILVA, Angélica de Vasconcelos. The role of Accounting and Accountability in the Brazilian education system in the late 18th Century. Comunicação. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN ACCOUNTING ASSOCIATION (AAA), 96., 2011, Denver. **Comunicação...**

Denver, 2011. p. 1-24. Engage to Make a Difference.

SOUSA, Pedro Rodrigues de; MORAIS, Teresa Torrinhas. O ensino técnico dos Institutos Industriais e Comerciais em Portugal: breve panorama sobre as principais reformas (1853-1973). In: ALVES, Luís Alberto Marques Alves; SOUSA, Pedro Rodrigues de; MORAIS, Teresa Torrinhas; ARAÚJO, Francisco Miguel Veloso. **Ensino Técnico (1756-1973)**. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2009. p. 57-90.

STEWART, R.E. Pluralizing our past: Foucault in Accounting History. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 5, n. 2, p. 57-73, 1992.

VIEIRA, R.; MAJOR, M.J.; ROBALO, R. Investigação qualitativa em Contabilidade. In: MAJOR, M.J.; VIEIRA, R. (Ed.). **Contabilidade e Controlo de Gestão**:- teoria, metodologia e prática. Lisboa: Escolar Editora, 2009. p. 131-163.

Endereço do Autor:

Quinta Agrícola
Bencanta, 3040-316
Coimbra – Portugal